

Resenha

Sobre a Edição de Roger Crisp do *Utilitarianism*, de John Stuart Mill

Maria Cristina Longo Cardoso Dias²

Esta resenha constitui um comentário de uma edição bastante recomendada para aqueles que pretendem estudar a célebre obra *Utilitarianism* de John Stuart Mill em inglês. A edição compõe uma publicação da Oxford Philosophical Texts, cujo editor é Roger Crisp.

Roger Crisp, *Fellow* e *Tutor* em filosofia pela St Anne's College em Oxford, deve ser um nome bastante conhecido para aqueles que estudam John Stuart Mill, pois além de lançar a edição do livro *Utilitarianism* em 1998, publicou, em 1997, um livro guia com sua interpretação sobre a obra de Mill.

A publicação do *Utilitarismo* (ou do *Utilitarianism*) sob sua edição foi uma espécie de continuação do livro guia que havia publicado um ano antes, para interpretação da obra de Mill. Dessa forma, a edição não é apenas uma apresentação do texto de Mill, mas antes uma edição crítica, dividida em três partes. A primeira parte contém, inicialmente, uma nota sobre as referências e abreviações que são utilizadas ao longo do texto, posteriormente, uma introdução elaborada por Crisp, em que levanta relevantes assuntos e aponta a leitura de outros autores

1 O nome do livro *Utilitarianism* será utilizado como sinônimo do nome em português *Utilitarismo* ao longo do texto.

2 Doutoranda em Filosofia pela USP. Membro da Comissão Editorial dos Cadernos de Ética e Filosofia Política. Bolsista do CNPq. Cursou 11 meses de seu doutorado sob a orientação de John Skorupski na University of St Andrews. E-mail: crislongo@gmail.com.

além dele mesmo para solucionar os diferentes tópicos que expõe. Apresenta, em seguida, uma breve análise do texto dividida por capítulos.

Após essa interpretação de Crisp sobre o texto, presente na primeira parte do livro, inicia-se a segunda parte de sua edição, que consiste no texto de Mill propriamente; contendo seus cinco capítulos. O texto de Mill que Crisp apresenta em sua edição da Oxford Philosophical Texts data de 1871 quarta e última edição publicada durante a vida de Mill (pela London, Longmans, Green, Reader, and Dyer), a mesma utilizada por John Robson editor dos *Collected Works* da edição de Toronto. O *Utilitarismo* foi publicado, primeiramente, em 1861 como uma série de três ensaios no volume 64 da *Fraser's Magazine* (em outubro o capítulo 1 e 2, em novembro o capítulo 3 e 4 e em dezembro o capítulo 5). Foi publicado como livro, primeiramente, em 1863, a segunda edição foi publicada em 1864 e a terceira em 1867. A quarta edição é de 1871, conforme mencionado. Crisp construiu o texto corrigindo a edição clássica de 1991 da Oxford em comparação ao original de 1871. A única mudança deliberada que Crisp fez em relação à quarta edição foi adicionar numeração aos parágrafos e às linhas.

Algo marcante na leitura do texto de Mill editado por Crisp é, então, a marcação de cada parágrafo correspondente a cada capítulo. Até mesmo as linhas são marcadas. Tal marcação dos parágrafos ficou consagrada para os comentaristas de Mill, tornando o debate mais fácil de ser efetuado. Um bom exemplo é o famoso parágrafo 2.2 (que significa capítulo segundo, parágrafo segundo), no qual Mill define que:

o credo que aceita como fundamento da moral a utilidade ou o princípio da maior felicidade sustenta que as ações são corretas na proporção em que elas tendem a promover a felicidade e errôneas na medida em que tendem a promover o reverso da felicidade. Por felicidade é entendido prazer e ausência de dor e por infelicidade dor e privação de prazer. Para dar uma exata visão do padrão moral estabelecido pela teoria, muito mais precisa ser dito, em particular, que coisas estão inclusas

nas idéias de dor e prazer e com qual alcance esta questão é deixada em aberto. Mas estas explicações suplementares não afetam a teoria da vida na qual a teoria da moral está embasada – a saber, que prazer e a ausência de dor são as únicas coisas desejáveis como fins, e que todas as coisas desejáveis (que são numerosas no utilitarismo como em qualquer outro esquema) são desejáveis seja pelo prazer inerente a elas, seja como meios para obter o prazer e para prevenir a dor³.

Dessa forma, sempre que estudiosos de Mill referem-se ao seu princípio de utilidade, assim definido por ele, ou à questão do prazer em Mill, torna-se praticamente impossível não citar o parágrafo 2.2 (parágrafo segundo, capítulo segundo) e isto foi facilitado pela marcação que se consagrou pela edição de Roger Crisp. Esse é apenas um exemplo dentre muitos que ficaram marcados, devido à simples e facilitadora idéia de Crisp. Assim, a referência a esse texto de Mill ficou conhecida dessa maneira (numeração por parágrafo e a cada cinco linhas).

Após a segunda parte do livro contendo o texto *Utilitarianism* de Mill com a marcação criada por Crisp inicia-se a terceira parte do livro, em que Crisp oferece notas críticas sobre cada parágrafo para provir maiores elucidações sobre os argumentos apresentados, por Mill, nos parágrafos. Tais notas apresentam, também, referências cruzadas com outros textos, sejam de Mill, sejam de outros filósofos, e por fim Crisp organiza a bibliografia utilizada, assim como um índice que faz menção a determinados temas centrais e referências a nomes relevantes que aparecem repetidamente nas diversas partes do texto. As notas finais representam material fundamental para todo estudioso de Mill que pretende debruçar-se sobre o livro *Utilitarismo*, pois apresenta interpretação minuciosa de Crisp sobre cada parágrafo do texto, devendo ser analisada com atenção.

Até aqui se efetuou uma breve descrição das três partes da edição de Crisp.

A partir de agora se realiza uma análise um pouco mais detalhada da Introdução crítica de Crisp, presente na primeira parte de sua edição. Constata-se

³ MILL, *Utilitarianism*. Tradução livre. p. 55.

que esta apresenta os seguintes assuntos: 1) Quais questões Mill tenta responder?, 2) Quais são as alternativas ao utilitarismo, 3) A relação entre John Stuart Mill e o Utilitarismo, 4) Uma discussão sobre o tema felicidade, 5) As Formas de Utilitarismo, 6) Os níveis de pensamento moral, 7) A Epistemologia Moral e a Prova do Utilitarismo, 8) A Motivação Moral, 9) Integridade e Justiça.

Para responder à primeira indagação sobre quais questões Mill estaria tentando responder, Crisp utiliza-se de uma citação do primeiro parágrafo do primeiro capítulo de Mill que resumiria a principal questão da obra, a saber: qual é o fundamento da moral. De acordo com a citação de Mill, tal problema teria ocupado brilhantes mentes e as dividido em diferentes escolas de pensamento. Desde os antigos até seu tempo a mesma discussão prosseguiria. De acordo com Crisp, após Sócrates efetuar a um jovem homem a questão crucial de como alguém deveria viver, três outras questões estariam implícitas ao ser respondida a primeira indagação, quais sejam: o que é felicidade? Qual é o jeito moral de viver ou agir? Qual é a relação entre felicidade e moral? Estas seriam as questões centrais levantadas por Mill no *Utilitarismo*, segundo Crisp. Suas repostas seriam as seguintes, de acordo com a interpretação de Crisp: a) felicidade é prazer; b) a maneira certa de agir é produzir o máximo de felicidade; e c) em um mundo propriamente constituído, a felicidade dos indivíduos seria encontrada fazendo o que é moralmente correto. Nesse primeiro ponto da Introdução, Crisp insiste no fato de que o campo da moral é o campo que descreve a maneira como o mundo deveria ser e não como de fato é.

Na segunda seção, Crisp afirma que as escolas morais alternativas ao utilitarismo são a aristotélica e a kantiana. O autor elege estas duas escolas como as oponentes ao utilitarismo por serem estas as mais contrapostas a esta corrente na contemporaneidade ética. Assim, antes de prosseguir na própria discussão sobre Mill, o autor descreve, brevemente, as visões éticas de Aristóteles e Kant. De acordo com Crisp, a visão de Aristóteles é a de que para entender a felicidade é necessário tomar atenção à natureza humana. O que faz os seres humanos o que eles são é a capacidade deles raciocinarem. Segundo a interpretação de Crisp a respeito de Aristóteles, viver a boa vida seria viver a boa vida humana e isto envolveria

a capacidade de raciocinar bem, estando de acordo com a excelência. Excelência, para Aristóteles, seria equivalente a virtude⁴, então a felicidade seria a capacidade do agente para exercitar a virtude⁵. Dessa forma, a vida feliz é a vida de generosidade, de temperança, justiça e assim por diante. Portanto, ao responder a questão: “o que é felicidade?” Aristóteles responde também as questões concernentes à moral e à relação entre felicidade e moral, sendo a vida feliz⁶ apenas a vida moral⁷. Conforme afirmado por Crisp, muitos pensadores contemporâneos foram influenciados pela posição de Aristóteles sugerindo que a felicidade não consiste na maximização de prazer, mas é fundamentada em virtudes. As virtudes modernas seriam, então, uma importante alternativa ao utilitarismo. Crisp descreve que Kant também admitiria que, de certa forma, a ética e a moral deveriam estar ancoradas na racionalidade humana. Contudo, de acordo com Crisp, a racionalidade seria um assunto muito mais abstrato. Ao invés da racionalidade conduzir às virtudes, como para Aristóteles, a razão pura seria a base para a construção de uma moral universal⁸. A lei moral seria uma lei da razão. A visão de Kant seria aquela de acordo com a qual a ação moral consistiria em agir de acordo com um princípio no qual o agente possa desejar que se transforme em uma máxima lei universal (o imperativo categórico)⁹. A visão de Kant constitui, então, uma visão bastante diferente da visão de Mill e Aristóteles. Ao invés de basear a moral em virtudes ou na maximização de felicidade, segundo Crisp, Kant concebe a moral como constituída por certas regras que requeiram, por exemplo, a manutenção de promessas, regras que estejam baseadas na racionalidade abstrata por meio do imperativo categórico.

4 CRISP, *Introduction ao Utilitarianism*, p. 6.

5 Reconhece-se aqui que esta explicação de Crisp sobre Aristóteles e Kant é bastante resumida, mas além deste não ser seu foco, vale lembrar que ele expõe essas idéias em uma Introdução.

6 Note que Crisp não está tentando afirmar que as virtudes para Aristóteles excluem o prazer, mas apenas está contrapondo esta teoria moral, reconhecidamente diversa do utilitarismo, de maneira muito breve (aquilo que cabe em um tópico de uma Introdução de uma edição ao *Utilitarismo*).

7 CRISP, *Introduction ao Utilitarianism*, p. 6.

8 CRISP, *Introduction ao Utilitarianism*, p. 7.

9 CRISP, *Introduction ao Utilitarianism*, p. 7.

O terceiro tópico trata da relação entre John Stuart Mill e o tema utilitarismo. Crisp menciona, brevemente, a rígida educação de Mill, passando pelo seu precoce aprendizado de latim e grego até atingir sua crise mental por volta dos 20 anos, quando, até então, havia lido pouca poesia e passa a basear-se no estudo, especialmente, do poeta Wordsworth, para curar-se. O autor ressalta, entretanto, que apesar de Mill, a partir deste período, procurar renovar seu pensamento por meio de diversas fontes que não fossem apenas utilitaristas como, por meio da leitura de Thomas Carlyle e Auguste Comte, entre outros, o autor nunca deixou de ter como doutrina de pensamento fundamental o utilitarismo. Tal escola de pensamento seria o pilar fundamental dos escritos de Mill, entretanto, teria adquirido outros importantes princípios herdados de Jeremy Bentham e seu pai¹⁰. Os mais importantes princípios herdados de Bentham de seu pai residem no fato de que ele era um empirista que acreditava que o conhecimento é baseado na experiência por meio dos sentidos e no associacionismo que ressalta que o funcionamento da mente depende de uma lei de associação¹¹, em que idéias semelhantes se geram umas às outras. Após elencar esses tópicos gerais a respeito do pensamento de Mill, Crisp oferece, ainda na seção terceira da Introdução, um breve comentário da estrutura do *Utilitarismo* em comparação com sua Introdução (os detalhes seriam, então, melhor apresentados na análise dos capítulos que segue a Introdução). Segundo Crisp, Mill discute os métodos da filosofia moral. Alguns de seus argumentos centrais estariam relacionados à sua prova do utilitarismo presente no capítulo 4. Seguindo a análise da estrutura do *Utilitarismo*, Crisp discute esse

10 É importante notar que além de princípios herdados de seu pai e de Bentham, Mill adicionará a seu estoque de conhecimento elementos de autores novos como Comte, Coleridge e Carlyle, conforme mencionado.

11 É importante notar que aqui descrevo o que consta na introdução de Roger Crisp, 1998, p. 8. É claro que não é possível ser completo sobre as idéias de um autor em uma introdução e penso não ser este o objetivo de Crisp neste trabalho, entretanto, caso descrevesse mais propriamente, na introdução, a mente humana, de acordo com Mill, teria ainda que citar outras duas leis da mente, a saber: a primeira lei da mente que ressalta que toda impressão mental tem sua idéia e a terceira lei da mente denominada frequência de conjunção ou que diz que a maior intensidade em uma ou duas impressões é equivalente para torná-las aptas a se provocarem umas às outras.

assunto na seção 7 da Introdução, na qual ele trata da epistemologia moral e da prova do utilitarismo. No capítulo 2, Crisp afirma que Mill apresenta uma visão geral de sua concepção de felicidade (discutida na seção 4 de Crisp), bem como seu entendimento de sua noção de utilitarismo (descritas na seção 5 e 6 da Introdução). No capítulo terceiro de Mill, relativo às sanções (internas e externas), Crisp afirma que Mill discute as motivações morais e a relação da felicidade com a moral (descrita no tópico 8 da Introdução de Crisp). O capítulo mais longo do *Utilitarismo* é sobre a justiça e para analisá-lo Crisp guarda a seção 9.

O quarto tópico¹² apresentado por Crisp inicia-se com a famosa citação do segundo parágrafo do segundo capítulo, em que Mill enuncia que por felicidade entende-se prazer e ausência de dor e por infelicidade dor e privação do prazer. A visão de que a felicidade consiste em prazer foi consagrada como o que se denomina tese hedonista, como bem aponta Crisp¹³. Alguns autores tentaram dizer que Mill não seria um hedonista genuíno, ou mesmo que ele não seria um hedonista, por ter realizado uma distinção de natureza (qualidade) entre determinados prazeres, por exemplo, certos tipos de vida não seriam objeto de troca, como a vida de um compositor musical e a vida de um porco, ou a vida deste mesmo compositor quando comparada à vida de alguém conectado a uma máquina de experimentar prazeres. Bentham não passaria pelo mesmo dilema, uma vez que realiza distinções apenas de intensidade e duração, no que concerne aos prazeres. Entretanto, o argumento a favor de Mill refere-se ao fato de que o autor continua na tradição hedonista porque a felicidade continua constituindo-se em experiências prazerosas, ele apenas haveria introduzido um novo elemento em seu utilitarismo denominado natureza do prazer ou qualidade do prazer (prazeres mais valiosos que outros 2.4, parágrafo quarto do capítulo segundo)¹⁴.

No quinto tópico da introdução de Crisp discute as formas de utilitarismo. Para iniciar esse tópico o autor escolhe novamente o parágrafo segundo do segundo capítulo do livro *Utilitarismo* em que é ressaltado que o fundamento da

12 CRISP, *Introduction ao Utilitarianism*, p. 9.

13 CRISP, *Introduction ao Utilitarianism*, p. 10.

14 CRISP, *Introduction ao Utilitarianism*, p. 11.

moral é a utilidade ou o princípio da maior felicidade e sustenta, por meio desta passagem, novamente, que as ações são corretas na proporção em que elas tendem a promover a felicidade e erradas quando tendem a produzir o reverso da felicidade. O autor ressalta que já haveria lançado um pouco de luz sobre a ética das virtudes e sobre a ética kantiana, duas alternativas ao utilitarismo¹⁵. Agora, então, seria o momento de considerar o próprio utilitarismo, especialmente o de Mill. A primeira obscuridade que Crisp tenta desfazer é a idéia de que o utilitarismo seria uma teoria simples; pelo contrário defende que o utilitarismo seria uma teoria muito mais complexa do que simples. A segunda questão que Crisp tenta aclarar, a esse respeito, reside no fato de que algumas teorias morais podem dizer respeito ao caráter da pessoa, aos seus motivos ou às suas vidas como um todo. Entretanto, a teoria utilitarista foca, principalmente, em ações, assim como o faz Mill¹⁶. Note-se que Crisp ressalta que nada impede que se pense quais são os motivos que causam tais ações – isso seria denominado *motive utilitarianism*. Outro componente do utilitarismo é o *welfarism*, pelo qual não haveria bem independente; tanto a justiça como a igualdade, a beleza dos trabalhos ou a arte das paisagens, tudo que importa, moralmente, é como estes bens contribuem para a vida dos seres inteligentes. Como é de amplo conhecimento entre os utilitaristas, e assim, Crisp reforça nessa breve introdução, o utilitarismo é, freqüentemente descrito como uma teoria consequencialista que se opõe ao não consequencialismo. Por exemplo, uma teoria não consequencialista assim como preconizada pela ética kantiana exporá que certas ações são justas ou erradas em si mesmas e não devido às consequências que trazem para a geração de felicidade, como afirmariam os consequencialistas. Ou seja, as teorias consequencialistas tornam uma ação correta dependendo das consequências que geram para a felicidade geral. A ética kantiana pode afirmar que o assassinato é errado em si, ressalta Crisp¹⁷, enquanto o utilitarismo argumentará que o assassinato é errado devido às suas consequências para cálculo de felicidade (pois diminui a felicidade

15 CRISP, *Introduction ao Utilitarianism*, p. 13.

16 CRISP, *Introduction ao Utilitarianism*, p. 13.

17 CRISP, *Introduction ao Utilitarianism*, p. 14.

geral)¹⁸. Entretanto, ao invés de tomar atenção para a distinção filosófica com outras correntes, a fim de capturar a essência do utilitarismo, Crisp considera mais sábio atentar-se para aquilo que consiste as principais idéias do utilitarismo mesmo. Crisp adota a posição de que o utilitarismo de Mill é denominado *Act Utilitarianism* (ou Utilitarismo de Ato) e isso significa que a ação correta é aquela que em qualquer circunstância produz o maior balanço de prazer relativamente à dor¹⁹. Crisp, em sua introdução, ainda discute algumas intrigantes consequências, com casos morais práticos ao adotar o *Act Utilitarianism* (ou Utilitarismo de Ato), como uma posição plausível para Mill. Contudo, um importante assunto que vem à tona neste tópico relativo às formas de utilitarismo é qual o requisito para efetuar a maximização da utilidade. Para responder a esta questão, Crisp irá contrapor o Utilitarismo de Ato ao Utilitarismo de Regra²⁰, conforme será explicado a seguir. De acordo com o Utilitarismo de Ato, a ação correta é aquela que produz o maior balanço de felicidade relativamente à infelicidade²¹. A respeito dos tipos de utilitarismo, Crisp traz à tona a discussão de que Mill não é sempre interpretado como um Utilitarista de Ato, mas às vezes como um Utilitarista de Regra²², pois um dos problemas em considerar Mill como um Utilitarista de Ato reside

18 Uma alternativa recente (apontada por Crisp) a esta distinção é denominada distinção entre *agent-relative/agent-neutral*. Ao agente-neutro é dado o mesmo objetivo (por exemplo, que a utilidade seja maximizada), enquanto ao agente-relativo, diferentes objetivos são dados (por exemplo, cuide das suas próprias crianças). O utilitarista insistiria, obviamente, que o objetivo dos agentes deve ser maximizar felicidade. Crisp ressalta que isto seria praticamente equivalente à teoria do agente neutro, mas equivalência prática não requer equivalência lógica. *Introduction*, p. 14.

19 CRISP, *Introduction ao Utilitarianism*, p. 14.

20 Esta constitui uma famosa disputa em filosofia utilitarista contemporânea.

21 No que diz respeito à versão média, a ação correta é aquela que produz o maior balanço médio. Maximizar o total seria como maximizar a média. Entretanto, dessa visão surgem alguns absurdos, por exemplo, eu não deveria ter um filho, pois se ele fosse mais infeliz que a média, a média cairia, sendo esta visão problemática. De acordo com Crisp e com outros comentadores, Mill foge deste problema pela distinção de natureza dos prazeres.

22 CRISP, *Introduction ao Utilitarianism*, p. 14.

no fato de que promessas podem ser quebradas para aumentar o montante de felicidade. Em contraposição ao Utilitarismo de Ato há o Utilitarismo de Regra que evita muitas dessas implicações. Assim, como no Utilitarismo de Ato, o foco está nas ações, mas diferentemente, do Utilitarismo de Ato (que é uma teoria de aplicação direta em ações), o Utilitarismo de Regra é uma teoria de aplicação indireta em ações, uma vez que a retidão ou erro das ações depende de regras, cuja justificação está no princípio de utilidade. Dessa forma, o Utilitarismo de Regra é a visão de acordo com a qual a ação correta está de acordo com um conjunto de regras universalmente aceito que maximize utilidade. Segundo Crisp, o Utilitarismo de Regra evita a idéia não-intuitiva do Utilitarismo de Ato (como quebrar promessas). O Utilitarismo de Ato é considerado, por alguns autores, como uma explicação rígida para o utilitarismo, uma vez que requer que o interesse de todos os seres seja contado quando o agente efetua uma ação (pois requer a maximização da felicidade geral). Entretanto, qual é a evidência para Mill ser considerado um Utilitarista de Regra; uma das evidências estaria na consideração da palavra “tendência” a promover felicidade ou infelicidade, presente no segundo parágrafo e segundo capítulo do *Utilitarismo*. Complementado esse argumento dir-se-ia que um ato individual não pode ter uma tendência a não ser que esteja dentro de uma classe de atos. Crisp, admite, entretanto, que essa evidência está longe de ser conclusiva, porque em inglês um indivíduo pode sim ter uma ‘tendência’ sem que esteja dentro de uma classe de atos. Crisp ainda utiliza-se de uma passagem de Mill que demonstra a palavra tendência em seu sentido individual²³, não impedindo a sugestão de Crisp de que Mill é um Utilitarista de Ato. Crisp, entretanto, ressalta que várias outras passagens de Mill servem para elucidar o fato de que um comprometimento com uma visão não Utilitarista de Ato não é uma negação do Utilitarismo de Ato, apenas demonstram que Mill pensa em vários níveis morais, conforme Crisp pretende demonstrar na seção seguinte de sua Introdução.

O sexto tópico da introdução de Crisp traz a relevante discussão a respeito dos níveis de pensamento moral no utilitarismo de Mill. Crisp²⁴ inicia essa

23 CRISP, *Introduction ao Utilitarianism*, p. 17.

24 CRISP, *Introduction ao Utilitarianism*, p. 18.

sessão com a escolha do item 2.24 (segundo capítulo, parágrafo vigésimo quarto) no qual Mill ressalta que é entranha a noção de que a admissão do primeiro princípio seja inconsistente com a admissão dos princípios secundários morais. Crisp esforça-se para mostrar, nessa seção, que um utilitarista que se usa de regras, na prática, ainda pode ser considerado um Utilitarista de Ato, que aquilo que prevalece e justifica os diferentes níveis de pensamento moral do utilitarismo é um cálculo entre custo e benefício, pois para alguns casos seria um desperdício de tempo praticar o Utilitarismo de Ato²⁵, havendo espaço, então, para que o agente siga a moralidade dos costumes, bem estabelecida ao longo de gerações²⁶. Entretanto, ainda que haja espaço para que o indivíduo siga tais regras morais, a base dessas regras não deixa de ser a própria maximização de utilidade, segundo Crisp²⁷. A moralidade costumeira não seria, assim, o próprio fundamento das ações. De acordo com Crisp, então, o utilitarismo de Mill poderia ser dividido em três níveis de entendimento moral, a saber: a) a moralidade costumeira; b) o utilitarismo de ato; e c) um nível filosófico (o próprio utilitarismo), como critério da moralidade, presente em todos os níveis de moral. Neste sentido, portanto, Crisp pode afirmar que Mill está engajado em vários níveis de pensamento moral.

O sétimo tópico trata do assunto referente à epistemologia moral e à prova do utilitarismo. Crisp²⁸ escolhe o parágrafo nono do capítulo quarto para realizar a instigante indagação de que tipo de prova o princípio de utilidade é suscetível. Para tanto, Crisp inicia o tópico sete reforçando o fato de que Mill era um empirista e que acreditava que o conhecimento e entendimento eram baseados na

25 Em alguns casos torna-se mais fácil lançar-se à ação com um conjunto de regras pronto, do que efetuar cálculos elaborados sobre ações morais já decididas no passado, como, por exemplo: “não matar”.

26 É importante notar, aqui, que Crisp não trata, com maior vagar, outros elementos levantados por Mill, como o hábito e a capacidade dinâmica de modificar o caráter ao longo do tempo dos indivíduos como fatores determinantes para o cultivo de regras morais ainda que tenham em sua origem o componente prazeroso como motivo da ação. Talvez, por matéria de espaço, o autor não tenha se atido a estes elementos.

27 CRISP, *Introduction ao Utilitarianism*, p. 19.

28 CRISP, *Introduction ao Utilitarianism*, p. 22.

evidência e sentidos. Portanto, não constitui nenhuma surpresa que ele critique em seu primeiro capítulo visões que sugerem que seja possível o acesso ao conhecimento moral independentemente dos sentidos. Segundo Crisp, Mill nega a escola intuicionista, por considerar que os componentes desta escola raramente desenvolvem um sistema para a ética. Mill, então, seria partidário da escola indutivista que ressalta que as questões morais são questões de observação e experiência. Crisp sugere que primeiros princípios não podem ser provados dedutivamente. Dessa forma, Crisp afirma que Mill faz um apelo aos sentidos, como no seguinte exemplo: diz-se a alguém que está chovendo e este alguém vai à janela e relata que a chuva está caindo; para a moral, no caso de fins práticos, pode-se apelar ao desejo pela felicidade. A prova do princípio da utilidade, de acordo com Crisp²⁹, passa por: a) a felicidade é desejável, Crisp ressalta que considerando o desejo, será entendido que o prazer é desejado (argumento indutivo), isto deve ser suficiente para persuadir a qualquer um que o prazer é um bem; b) a felicidade geral é desejável (neste caso, Crisp³⁰ ressalta que Mill dirige seu argumento a não egoístas, a pessoas que assumem que a felicidade de outros têm relevância prática e assim pressupõe o utilitarismo de ato), alguns problemas surgem desse segundo passo da prova, como a desconsideração do egoísta e outros assuntos tratados na Introdução; e c) nada além da felicidade geral é desejada³¹, ainda sim Crisp apresenta algumas dificuldades para sustentar essa afirmação, devido as evidências textuais de Mill. Uma delas refere-se à própria questão da virtude. Não seria a virtude desejada por ela mesma? A resposta de Crisp parece ser bem sucedida, quando assume que a virtude é desejada como um ingrediente (parte e não meio) da felicidade³², gradu-

29 CRISP, *Introduction ao Utilitarianism*, p. 23.

30 CRISP, *Introduction ao Utilitarianism*, p. 24.

31 CRISP, *Introduction ao Utilitarianism*, pp 25-26.

32 Note que Crisp utiliza-se da segunda lei da mente (lei de associação) de Mill para efetuar esta explanação sobre a virtude no *Utilitarismo* de Mill, entretanto, maiores explicações a respeito disto poderiam ter sido efetuadas caso Crisp tivesse lançado mão do recurso denominado hábito presente no quarto capítulo, para explicar porque a virtude e muitos outros elementos podem tornar-se um fim em si, para Mill. Além disso, Crisp poderia ter feito maiores conexões com o Livro VI do *Sistema de Lógica* para explicar a formação de leis empíricas, conforme é descrito neste livro sobre as ciências sociais. Entretanto,

almente a virtude é associada com a felicidade e passaria, de acordo com Crisp, a ser desejada como um fim em si.

O oitavo tópico trata da motivação moral. A questão deste tópico, presente no terceiro capítulo do *Utilitarismo* trata do que de fato motivaria as pessoas a agirem de acordo com a visão utilitarista presente no *Utilitarismo*? Crisp³³ afirma que Mill expõe que a maioria das pessoas age de acordo com a moralidade dos costumes, devido à maneira como tais pessoas são educadas. Mill desejaria que a educação moral fosse baseada em uma motivação utilitarista. Tal motivação dividir-se-ia em duas partes: uma externa (sanções externas que são tratadas no capítulo terceiro) e constitui sempre um componente relativo aos outros, como, por exemplo, a esperança de favor dos outros e o medo da raiva dos outros e sanções internas como a consciência e o senso de dever. Ambas as sanções devem engendrar o utilitarismo. Além disso, Crisp³⁴ levanta outra questão nessa sessão que se refere a saber qual fato obrigaria um indivíduo a refazer sua educação moral³⁵ na direção utilitarista? Essa parece ser uma questão controversa não apenas para Crisp, como para outros comentadores, devido às evidências textuais apontarem para distintas direções. No tópico seguinte esse tema será melhor explicado.

O nono e último tópico da introdução diz respeito ao tratamento dos temas integridade e justiça. Em suma, a idéia desse tópico é conectar a idéia de justiça ao utilitarismo, argumentando que o indivíduo ao agir leve em conta o outro, resultando em igualdade. Mill inicia esse capítulo com referências às passagens do parágrafo décimo oitavo do capítulo segundo e do parágrafo trigésimo sexto do capítulo quinto. Nestas passagens Mill responde àqueles que atacam o utilitarismo, afirmando que a felicidade que forma o padrão utilitarista daquilo que constitui a conduta correta não é apenas a felicidade do próprio agente, mas a felicidade de todos os envolvidos. O utilitarismo requer que o agente seja

entende-se que, talvez, a limitação de espaço seja uma das causas da não abordagem desses assuntos.

33 CRISP, *Introduction ao Utilitarianism*, p. 27.

34 CRISP, *Introduction ao Utilitarianism*, p. 27.

35 A interpretação de que não há nada que obrigue os indivíduos a levarem em seus interesses os interesses de outros indivíduos não é absurda pela leitura dos textos de Mill.

um espectador imparcial, desinteressado e benevolente entre a felicidade daquele que age e a felicidade dos outros. Para tanto, de acordo com a interpretação de Crisp³⁶, Mill distinguiria dois tipos de obrigação: a perfeita (que diz respeito a atos que todos devem cumprir, como não matar) e a imperfeita (como ter alguma discricção em certas ações, pois pode-se decidir quando e em relação a quem, por exemplo, deve-se ser generoso). Crisp³⁷ ainda levanta alguns pontos controversos entre o Utilitarismo de Ato e a questão da igualdade nesta seção.

Concluindo, esta constitui uma visão geral da estrutura do livro editado por Crisp, bem como uma análise da Introdução. Parte relevante e concisa das idéias de Crisp, sobre o pensamento de Mill, está presente nessa Introdução. É importante ter em vista, então, que Crisp adota uma interpretação utilitarista para Mill, ressaltando que o fundamento da moral está no princípio de utilidade consagrando, basicamente, duas alternativas ao pensamento utilitarista denominado Utilitarismo de Ato e Utilitarismo de Regra. Crisp assumiu que Mill sustenta vários níveis de compreensão moral que abrange: a) a moralidade costumeira; b) o Utilitarismo de Ato em si; e c) um nível filosófico presente em todos os níveis que é o próprio utilitarismo ou maximização do prazer e nestes termos Crisp admite que adotar, por exemplo, a moralidade costumeira não significa abandonar o Utilitarismo de Ato, uma vez que a base da moralidade costumeira também seria a utilidade.

Crisp ainda define a felicidade como prazer, portanto Mill é considerado um hedonista ainda que faça distinção de natureza ou qualidade entre prazeres, Crisp comenta a prova do princípio da utilidade, prova esta que passa pela observação de que as pessoas de fato desejam a felicidade e por fim relaciona sanções internas (concernentes à consciência) e externas (sempre relacionadas a outros) para que as pessoas ajam de acordo com o princípio de utilidade. A última seção ainda lida com a idéia de justiça e integridade em que há a tentativa de mostrar, apesar das controvérsias, que o utilitarismo requer que entre a felicidade do agente e do outro, o agente seja um espectador imparcial, desinteressado e benevolente.

36 CRISP, *Introduction ao Utilitarianism*, p. 31.

37 CRISP, *Introduction ao Utilitarianism*, p. 32.

Segundo mencionado, na seqüência da Introdução (parte I da edição), Crisp apresenta inúmeras indicações de leitura para aprofundar o entendimento de cada seção de sua Introdução. No tópico posterior, conforme elencado, realiza uma análise de importantes termos do texto de Mill, por capítulo. A estrutura da segunda e terceira parte do livro foi comentada, anteriormente, à análise da Introdução oferecida neste trabalho.

A edição é uma excelente versão crítica para ser lida, em inglês.

Referências Bibliográficas

- MILL J. S. (1871). *Utilitarianism*. Edited by Roger Crisp. New York; Oxford: Oxford University Press, 1998.
- CRISP R. *Routledge Philosophy Guidebook to Mill on Utilitarianism*. London; New York: Routledge, 1997.